

A CONSTRUÇÃO TERRITORIAL DE CABO VERDE – DIÁLOGOS ENTRE ILHAS

As facetas invisíveis da ocupação do interior

Fernando Pires

DINÂMIA CET Iscte

fernando_pires@iscte-iul.pt

RESUMO

O processo de construção e estruturação do território em Cabo Verde ocorreu de forma lenta e desigual. Essas características confirmam a dificuldade em desenhar os seus contornos, sobretudo pela sua longa temporalidade, quase quatro séculos, e também pela natureza cíclica que o acompanha. Os ciclos de povoamento e ocupação das ilhas estão correlacionados com as diferentes fases da história do arquipélago e com a estreita ligação que se estabelece em cada uma delas com as sucessivas transformações da sociedade cabo-verdiana, de escravocrata em camponesa. Nestes ciclos, irromperam cidades, vilas e povoações que organizaram, estruturaram e modelaram o território. São elas os núcleos a partir de onde se estabeleceu um diálogo contínuo entre as ilhas levantando questões relativas à própria identidade do arquipélago, que sucessivamente se reconfigurava. Neste artigo, pretende-se trazer para a discussão este processo e clarificar os interstícios da formação e estruturação do território em Cabo Verde, tendo em conta os diferentes agentes e temporalidades das transformações do território, onde se incluem europeus, africanos e a população já nascida nas ilhas. A intenção é afastar-se da forma tradicional de leitura do processo, em que o foco prioritário são os núcleos urbanos do litoral, invertendo o olhar para o interior.

Palavras-chave: Cabo Verde, História, Povoamento, Território, Urbanização.

Eixo temático: 9. Cidade e território, (in)formalidades e temporalidades.

Introdução

Procura-se neste artigo abordar a construção territorial de Cabo Verde. Toma-se como ponto de partida que as ilhas eram espaços desabitados, concentrando-se nas estruturas criadas a partir do processo de povoamento, tendo em conta os diferentes agentes e temporalidades das transformações do território, onde se incluem europeus, africanos e a população já nascida nas ilhas. A intenção é afastar-se da forma tradicional de leitura do processo, em que o foco prioritário são os núcleos urbanos do litoral, invertendo o olhar para o interior. Neste sentido, importa convocar o papel das estruturas agrárias na distribuição e fixação da população no território, chamando a atenção para o estabelecimento das freguesias rurais nas diferentes ilhas e para o papel por estas desempenhado na criação de novas vilas a partir do século XVIII. Esta reflexão, focada no diálogo contínuo que se estabeleceu entre as diferentes ilhas, envolvendo confrontações e complementaridades, pode ser um ponto de partida para discutir uma das bases da formação da identidade cabo-verdiana, que se apoia nas contínuas dinâmicas que envolvem urbanidade e ruralidade no arquipélago e fora dele.

1. Terras no mar

Povoar e urbanizar Cabo Verde foi, em vários aspetos, algo novo, tanto para os primeiros colonos europeus, como para os africanos. Estes últimos, na sua maioria, trazidos à força como escravizados, mas também outros homens e mulheres livres que se instalaram nas ilhas em vários tempos. Todos encontraram dificuldades em implantar os seus sistemas de vida no arquipélago. Por um lado, os europeus confrontaram-se com um clima diferente e não conseguiam reproduzir a agricultura tradicional mediterrânica. Por outro lado, os africanos, habituados às grandes planícies aluviais e a regimes de chuvas mais regulares, passaram para ilhas áridas e de relevo dinâmico, onde nem a palmeira nem o arroz prosperavam. Por isso, temos de admitir que as adaptações ao sistema ecológico das ilhas foram difíceis tanto para uns, quanto para outros, e que era imprescindível haver intercâmbio de experiências entre ambos.

Quanto aos europeus, os problemas surgiram logo no início do assentamento. O donatário queixava-se à coroa que “a gente não quer a ela ir viver senão com mui grandes liberdades e franquezas” (Carreira, 2000: 33). Em 1466, uma carta de privilégios foi emitida pela coroa portuguesa permitindo aos moradores de Santiago o livre acesso a uma área delimitada na costa da Guiné, para fazerem comércio. A prerrogativa da carta abriu caminho ao estabelecimento de uma primeira corrente migratória europeia, de marinheiros, comerciantes e armadores, que se dirigiram às ilhas em busca de oportunidades de negócio. Em 1472, foi emitida uma segunda carta, esta de carácter regulatório, que, entre outras ações, restringiu o acesso às áreas de comércio e impôs aos moradores a obrigatoriedade de utilizar nas transações apenas mercadorias oriundas de Santiago (Carreira, 2000: 33–35). Esta limitação é significativa sobretudo porque obrigou os negociantes a fixarem residência na ilha e a criarem meios de produção no próprio arquipélago.

Sal, açúcar e aguardente, algodão e têxteis (panos da costa), vacas e cavalos eram as mercadorias mais transacionadas (Barcellos, 2003: 34–36). A estrutura de produção destes bens ocupava espaço, que não era, naturalmente, nas cidades. Nesse sentido, importa esclarecer que o arquipélago não era apenas um importante entreposto no tráfico de escravos. Cabo Verde, tal como seria depois o Brasil, era, desde o século XV, uma sociedade escravocrata que tinha por base uma economia de plantação assente em unidades de produção orientadas para exportação. Essas unidades de produção, que correspondem à fazenda agrícola artesanal, foram elementos tão significativos na estruturação do território e na fixação da população à terra, quanto o entreposto comercial o foi na criação de vilas e cidades, particularmente no litoral (Silva, 2021: 17–18).

Na primeira centúria, entre os séculos XV e XVI, o povoamento centrou-se sobretudo nas ilhas de Santiago e do Fogo, ficando as demais por povoar. Dessa ocupação resultaram a formação dos núcleos urbanos da Ribeira Grande e de Alcatrazes, as duas capitânicas em que ficou dividida a ilha de Santiago. Mais tarde,

ainda no decorrer do século XVI, começou a despontar no extremo sul da ilha a povoação da Praia. Alcatrazes não conseguiu sobreviver por muito tempo e, no início do século XVI, foi abandonada. Na ilha do Fogo, a vila de São Filipe é o burgo mais importante. Ribeira Grande, Praia e São Filipe foram todas fundadas à volta de um porto de mar, tendo como principal atividade o comércio marítimo (Pires, 2007; 2021: 15–34). Das três povoações é a Ribeira Grande que se destaca como a capital das ilhas e o espaço de maior convergência e de circulação de armadores, comerciantes, marinheiros, terratenentes e mercadorias, logo, também lugar privilegiado pela coroa para a instalação dos seus mecanismos de controlo.

A par com a instalação dos núcleos urbanos no litoral, também se ia povoando o interior, sobretudo a partir das unidades de produção agropecuária que abasteciam o comércio marítimo. Essas unidades localizavam-se onde o difícil sistema ecológico das ilhas permitia. Referimo-nos a espaços como as achadas que, em tempos de chuvas, concentravam alguma água e onde era possível criar pastagens e plantar o algodão e, em especial, os vales das ribeiras onde predominavam as culturas de regadio e a horticultura. Eram, na sua maioria, terras vinculadas ao regime de morgadios e capelas, sistema utilizado na metrópole e ensaiado nas ilhas atlânticas, que se institucionalizou em Cabo Verde a partir do século XV. Nestes espaços instalaram-se as unidades de manufaturas de transformação da cana-de-açúcar, do algodão e a pecuária. Estas áreas, em pouco tempo revelaram-se como importantes pontos de concentração da população, apesar de ainda neste período não terem chegado a formar-se como povoações no verdadeiro sentido da palavra. Eram sim, pequenas aglomerações rurais dispersas no interior das ilhas aludidas. Algumas delas, pelo elevado número de gente, constituíram-se como sedes de freguesias, sem, contudo, perderem a sua característica de dispersão.

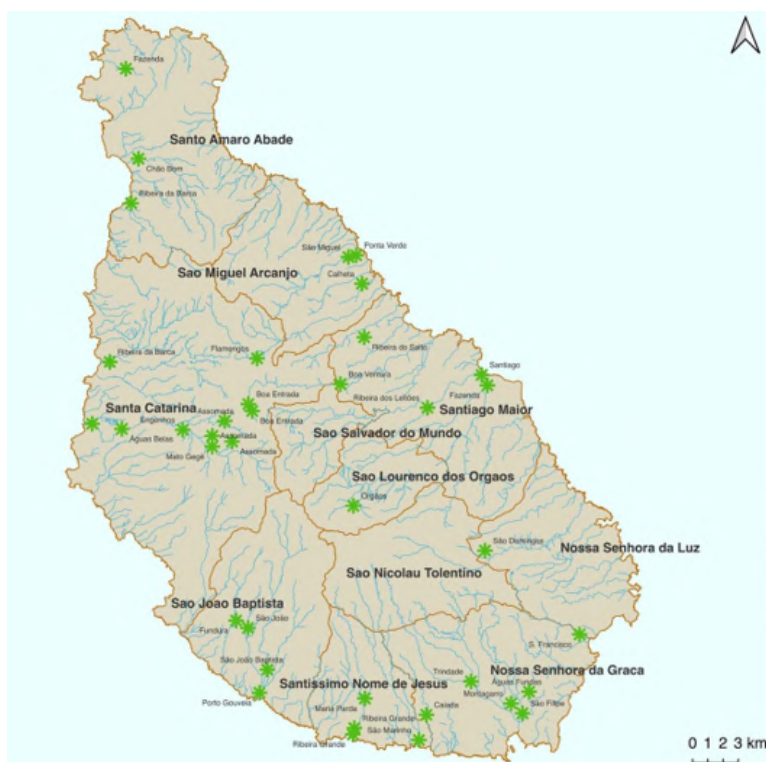


Fig. 01. Localização de igrejas e capelas na Ilha de Santiago no século XVI. Desenho do autor com base em dados retirados de Brásio (2011).

No final do século XVI os dados apontam para uma ocupação razoavelmente distribuída da população entre as freguesias das ilhas de Santiago e do Fogo. Para termos uma ideia do estado de ocupação das ilhas recorremos a uma série de alvarás emitidos em 1572 para o provimento das igrejas do bispado de Cabo Verde. Estes alvarás previam um determinado valor para os ordenados dos vigários e capelães em função do

número de fogos que existiam nas respetivas freguesias. Os documentos identificam a existência de oito freguesias no interior de Santiago que, no seu conjunto, somavam cerca de 1.150 fogos e um total estimado de mais de 10.000 moradores, sem, contudo, incluir crianças e as freguesias da Cidade da Ribeira Grande e da Praia que, só elas, contabilizavam cerca de 600 e 200 fogos respetivamente. Na ilha do Fogo criaram-se duas freguesias que no total tinham 240 fogos e mais de 2.000 moradores (Brásio, 2011: 28–53). Convém lembrar que estes números seriam maiores se neles tivessem sido incluídos os escravizados “fujões” que, por razões várias, foram ocupando os cutelos dos montes e os vales de difícil acesso, onde construíam as suas habitações com as suas hortas, produziam o que precisavam para a sua alimentação e criavam gado, tudo isso, de uma forma discreta, afastados da administração portuguesa e longe do litoral (Carreira, 2000: 352–353). Segundo a síntese apresentada no relatório do sargento-mor Francisco de Andrade, em 1582, havia em Santiago, em todas as freguesias rurais, “600 homens brancos e pardos e 400 pretos forros casados”, os quais teriam 5.000 escravizados. Na vila da Ribeira Grande contavam-se 508 vizinhos, sem os menores, e 5.700 escravizados. Na vila da Praia havia 200 vizinhos e cerca de 1.000 escravizados. Na ilha do Fogo, nas suas duas freguesias, Andrade aponta a soma de 300 moradores e 2.000 escravizados (Brásio, 2011: 97).

Como se vê, a maioria da população, em especial os escravizados, vivia sobretudo nas áreas de produção agropecuária, ou seja, nas fazendas. É tarefa difícil definir a localização precisa das fazendas no território. Por várias razões. A dissolução do regime de morgadios e capelas, no século XIX, a alienação e fragmentação das propriedades e a mudança de nome são aspetos que dificultam a identificação das localidades. Apesar de tudo, ensaiamos construir um mapa com as localizações aproximadas de algumas das fazendas e áreas de cultivo (ribeiras) que conseguimos identificar na documentação.

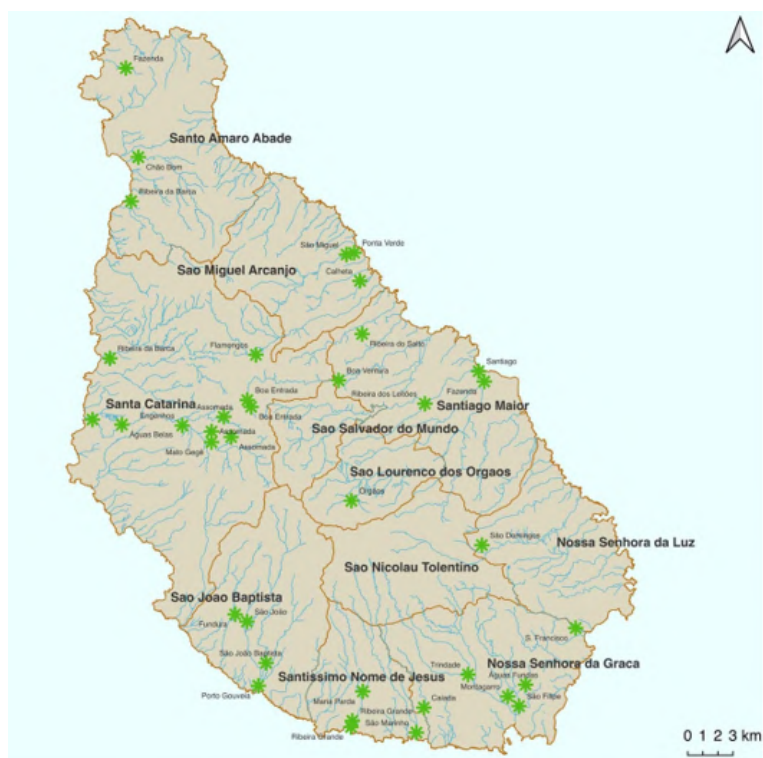


Fig. 02. Localização de algumas fazendas / unidades de produção na ilha de Santiago no século XVI-XVII. Desenho do autor com base em dados retirados de Brásio (2011).

Além da localização das fazendas, importa também ter em conta alguns dados relativos à sua dimensão e modos de ocupação do espaço. Estas unidades de produção acolhiam uma diversidade de culturas e atividades (cultura do algodão, cana-de-açúcar, produtos hortícolas, frutas, criação de gado caprino, vacum,

suíno, etc.). Dado as características ecológicas das ilhas era difícil concentrar estas valências num único espaço, o que contribuiu ainda mais para uma maior dispersão da produção em função do lugar, do clima e do tipo de exploração. Com efeito, constata-se que é raro encontrar um proprietário cujo património se concentrasse num único espaço. Um bom exemplo disso é Fernão Lugo. Entre os documentos compilados pelo padre António Brásio (2011: 327–339) encontra-se a instituição do morgado de Fernão Lugo na ilha de Santiago, datada de 1540. Descreve em pormenor todo o património que se encontrava distribuído pelo território. Enumera as propriedades, indica a sua localização, as confrontações, bem como o conteúdo de cada uma delas. Referindo-se a uma das fazendas, particularmente a da Trindade que se localizava a noroeste da vila da Praia, indica que esta tinha duas léguas de comprimento e, de largo, meia légua (cerca de 40 hectares), possuía dois engenhos de produção de aguardente e açúcar, com as suas respetivas casas, duas moradias, dois tanques de armazenamento de água para a rega, um pomar e uma horta onde se cultivavam todas as frutas da terra. O documento também faz referência a um curral com duzentas vacas, muitas cabras e um montado com cinquenta éguas. A força de trabalho era assegurada por cinquenta escravizados. Há que assinalar na propriedade a existência de uma capela, a da Santíssima Trindade. O mesmo acontece com outra propriedade pertencente ao mesmo dono situada a três léguas da Fazenda da Trindade, a fazenda de Santa Cruz. Esta também possuía uma capela, de evocação à Santa Cruz, duas moradias, um engenho de produção de açúcar, dois tanques de armazenamento de água, cinquenta escravizados, duzentas vacas, cabras e suínos. A fonte indica ainda alguns bens na cidade da Ribeira Grande. Ali, Fernão Lugo tinha duas casas de pedra e cal com dois pisos e os seus respetivos pomares, mais duas casas térreas com terrenos à volta.

As descrições e as confrontações destas fazendas com as suas propriedades vizinhas, dão-nos uma ideia da dimensão e localização contígua de vários espaços de produção. Não cabe aqui descrevê-los todos, importa, no entanto, sublinhar uma característica que surge da tentativa de localização destes espaços. Embora estejam dispersas por toda a ilha, as propriedades não deixam de estabelecer algumas áreas de concentração específicas e de possibilitar a conexão entre as diferentes zonas ocupadas, apesar dos constrangimentos do relevo. Contudo, há ainda a assinalar algumas especificidades nestes lugares, sobretudo nos vales das ribeiras e pequenos cursos de água. Estes espaços transformaram-se em autênticos laboratórios de experimentação, onde foi testada a adaptação de novas espécies de plantas e animais, bem como o aperfeiçoamento de técnicas de trabalhar a terra. Ali, juntos, africanos, europeus e seus descendentes partilharam conhecimentos sobre técnicas de cultivo e de exploração da pecuária.

Embora ainda faltem dados e estudos que aprofundem estas questões, importa, desde logo, desconstruir a ideia de que a ocupação do interior se fez unicamente a partir da instabilidade vivida no litoral, causada sobretudo por ameaças externas, obrigando parte da população a encontrar abrigo no interior. Essa migração efetivamente aconteceu contribuindo para o aumento da população nas áreas do interior de Santiago e Fogo e também para o incremento do povoamento das restantes ilhas do arquipélago, como adiante veremos. Mas, o processo já estava em curso desde o início da ocupação das ilhas e foram as infraestruturas já estabelecidas no interior, e outras entretanto criadas, que acolheram a população vinda do litoral, dando continuidade a construção territorial do arquipélago.

2. Terras na terra

No século XVII, acentuaram-se algumas mudanças que já vinham ocorrendo no espaço atlântico, particularmente na área de influência da Ribeira Grande, que abalaram a estrutura económica e social das ilhas, fazendo-as entrar em crise (Silva, 2021: 70–84). As causas são múltiplas e os atores também. Não cabe enumerá-los aqui, importa sim focar nos impactos que tiveram no arquipélago. A redução do comércio externo afetou extremamente os rendimentos das ilhas, estancou a imigração europeia e diminuiu a importação de escravizados. Os efeitos desencadearam um verdadeiro êxodo de moradores, proprietários e mercadores que operavam a partir de Santiago e Fogo, para outros espaços para dentro e fora do arquipélago, afetando as estruturas urbanas da cidade.

Esta circunstância vincula-se a um outro processo paralelo, de caráter interno, que muitas vezes escapa ao olhar dos especialistas, talvez pelos seus efeitos lentos e prolongados. Trata-se da progressiva desconstrução da relação senhor/escravo, isto é, a “camponização” do escravizado (Silva, 2021: 19–20). Dito de uma forma mais simples, a crise económica provocou a saída e o empobrecimento de muitos colonos europeus e não só estancou a chegada de novos escravizados como obrigou os proprietários a libertarem os escravos que possuíam, por não terem condições de os sustentar. Se a isso associarmos os episódios de seca e fome que atingiam ciclicamente o arquipélago, quase sempre seguidos de pandemias, que além de provocarem um elevado número de baixas, também desencadeavam fluxos migratórios de populações dos núcleos urbanos do litoral para o interior e vice-versa. Tudo isso implicou novos modos de ocupação do território.

A instabilidade que atingiu o arquipélago prolongou-se ao longo dos séculos XVII e XVIII. Resultou no incremento da população nativa, em detrimento da recepção de novos migrantes, já não apenas em Santiago e Fogo, mas alastrando-se às demais ilhas. Dá-se uma profunda recomposição dos espaços do ponto de vista demográfico e físico e assinala-se o surgimento de novos povoados (Santos, 2002: 2). É o tempo da emergência de povoações nas ilhas de Santo Antão, São Nicolau e Brava, que tinham ficado até então na invisibilidade e, no início do século XVIII, surgem como locais verdadeiramente povoados.

Veja-se o exemplo de Santo Antão. Numa planta da ilha elaborada por António Carlos Andreas no século XVIII encontram-se assinalados os lugares mais densamente povoados da ilha. As áreas ocupadas correspondem aos quadrantes este e norte e estão compreendidas entre os vales das ribeiras da Garça e de Paul, onde se localizam as terras bem irrigadas. Foi justamente neste espaço privilegiado do ponto de vista agrícola que o donatário inicialmente e depois os camponeses optaram por instalar as suas fazendas e terras de produção no início do século XVIII. Alguns destes espaços estavam tão intensamente povoados que um deles deu origem à vila da Ribeira Grande, que se instituiu no local onde existia a matriz de Nossa Senhora do Rosário, fundada pelo donatário no século XVII. Contudo, a dinâmica das áreas rurais mantinha-se. A ribeira de Paul afirma-se, no século XIX, como o mais importante centro de produção agrícola de Santo Antão a ponto de se constituir como sede de outro concelho. Mais a norte, no principal porto da ilha, onde se armazenavam as peles e a urzela para exportação, também no decorrer do século XIX emergiu a povoação da Ponta do Sol, que foi alvo de transformação urbana, ganhando o estatuto de vila D. Maria Pia e sede do concelho de Santo Antão, onde, até hoje funciona a câmara municipal. Note-se que, num tempo curto e numa área pequena, três polos se formaram disputando entre si a centralidade da ilha.



Fig. 04. Áreas mais povoadas da Ilha de São Nicolau. Intervenção sobre pormenor da carta de António Carlos Andreas (c. 178.). Biblioteca Pública Municipal do Porto, Pasta 24. Figura 30.

A ilha Brava, a mais meridional do arquipélago, nos primórdios do seu achamento também serviu de campo de pastagens, tal como referiu Valentim Fernandes (1951). Por volta de 1582, a ilha é mencionada por Francisco de Andrade (Brásio, 2011: 98) indicando que já ali existia uma igreja, o que nos leva a crer ter sido a erigida na localidade de S. João Batista. Até ao final do século XVIII, são bastante vagas as referências sobre o estado do povoamento da ilha e as mesmas omitem a existência de mais povoações além da de S. João Batista. O censo, realizado depois da crise de seca e fome de 1773-1775 (Carreira, 1985: 496), atribuiu à ilha uma população de 2.115 habitantes distribuídos por 564 fogos numa única freguesia, a de São João Batista.

No final do século XVIII, o naturalista Feijó informava que a povoação não era mais do que uma “chã onde todos os anos se semeia milho, abóboras e feijão”, e onde “se observam algumas casas aqui e ali espalhadas sem ordem, e longe uma das outras” (Roque & Torrão, 2014: 32). O que Feijó observou corresponde a imagem de uma povoação rural, aparentemente similar à paisagem já descrita nas outras ilhas, sobretudo quando se refere a “casas aqui e ali espalhadas sem ordem, e longe uma das outras”. Contudo, a particularidade da Brava está no facto de que ali todas as casas têm um quintal, que é contíguo com outras propriedades, tecendo assim uma teia de várias casas e quintais que estão separados por caminhos pedonais de modo a se poder circular e permitir o acesso entre as propriedades. Essa singularidade da Brava está relacionada com a forma como se deu o povoamento da ilha. Isto é, os povoadores foram, na sua maioria, escravos e libertos oriundos das ilhas de Santiago e Fogo que ali se foram instalando a partir do século XVII, ocupando sucessivamente as terras disponíveis. O Deputado de Cabo Verde às cortes, em 1844, José Joaquim Lima, explica que a ilha nunca teve “capitães donatários, nem morgados, e as terras se foram sucessivamente espartindo de tal modo, que não há terreno algum sem cultura, nem morador, que não seja proprietário” (Lima, 1844: 37).

Na Boavista, a agricultura era deficitária. Foi a pecuária primeiro, depois a indústria de extração do sal que propiciaram o povoamento, que também se fez com população oriunda sobretudo de Santiago e do Fogo. Em 1775, a ilha tinha cerca de 1.256 habitantes, o que lhe valeu, em 1784, a instituição de duas freguesias. A

freguesia de São Roque, localizada a oeste da ilha, hoje, Santa Isabel, e a freguesia de São João Batista, situada a leste. As povoações mais importantes eram a Povoação Velha, Rabil e o Porto Inglês em cuja vizinhança se instalou a povoação de Salrei.

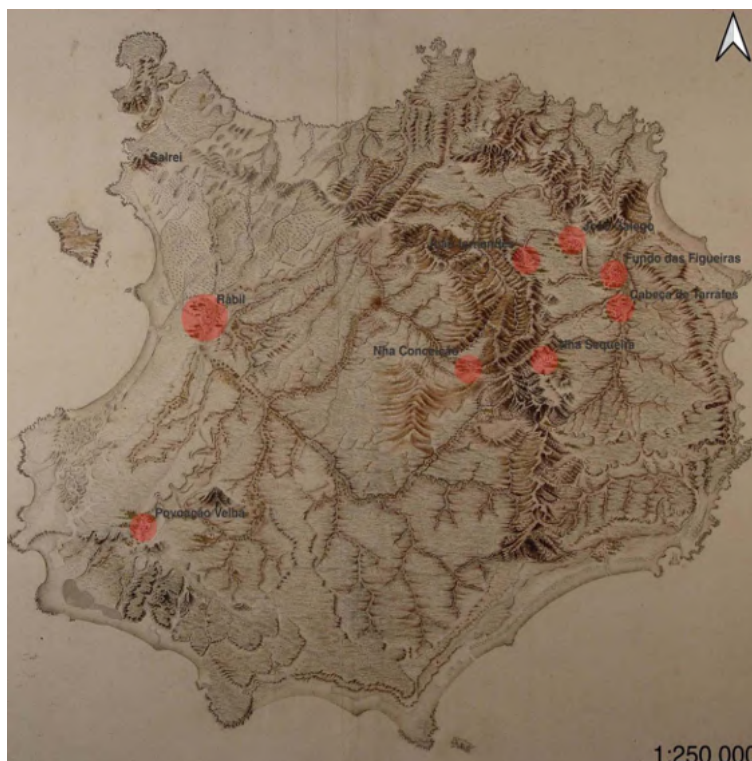


Fig. 05. Áreas mais povoadas da Ilha da Boavista. Intervenção sobre pormenor da carta de António Carlos Andreas (c. 178.). Biblioteca Pública Municipal do Porto, Pasta 24. Figura 29.

Os casos das ilhas da Boavista e de São Vicente são intrinsecamente vinculados. A ilha da Boavista representa, no início do século XIX, o primeiro ensaio no arquipélago da instalação de infraestruturas de armazenamento de carvão para o abastecimento de navios de longo curso. Apesar de ter durado muito pouco tempo, foi suficiente para dinamizar a economia da ilha e criar a vila de Salrei, sustentada sobretudo pelas atividades do porto. Em 1845, uma forte epidemia de varíola, trazida por um barco inglês, infetou toda a comunidade e provocou imensas baixas na população. As atividades portuárias colapsaram, lançando a vila numa crise da qual não mais se recuperaria. Na segunda metade do século XIX, os armazéns de carvão e as infraestruturas portuárias transferiram-se para o porto Grande, na ilha de São Vicente, onde emerge a cidade de Mindelo, que se tornou um dos mais importantes portos de abastecimento de carvão nas rotas para as Américas.

A ilha do Maio apresenta características similares às da Boavista, tanto do ponto de vista geográfico, como relativamente aos seus sistemas ecológicos, sendo ambas ilhas arenosas e rasas. Tal como na Boavista, começou por abrigar campos de pastagem dos gados que serviam como fornecedores de peles e carnes para o abastecimento de navios que operavam no Atlântico. As localizações privilegiadas das povoações iniciais encontravam-se no interior das ilhas, em lugares sombreados junto à base dos montes e nas pequenas planícies onde havia acumulação de água, criando pasto e permitindo alguma agricultura de subsistência. Só a partir do século XVIII, com o interesse dos ingleses na indústria do sal, tornaram-se importantes exportadores deste produto. A tal ponto que na ilha do Maio também se chamou Porto Inglês à principal povoação da ilha instituída em 1718 nas proximidades das salinas, que em 1950 mudou o nome de Porto Inglês para Vila do Maio (Silva, 2018: 71).

Ao longo do século XIX, o povoamento alastrou-se às ilhas desertas, designação utilizada para São Vicente, Santa Luzia e Sal. A primeira das desertas a ser povoada foi a ilha de São Vicente que, após várias tentativas fracassadas, só viria a acontecer a partir de 1834, quando se assumiu efetivamente um novo projeto colonial. A fixação definitiva da população aconteceria a partir de 1850, quando Mindelo recebeu a instalação dos primeiros depósitos de carvão construídos pelas companhias de navegação inglesas e abriu regularmente o seu porto à navegação estrangeira (Silva, 2007). No caso da ilha de Santa Luzia, foram várias as tentativas, mas sem se obterem resultados significativos. Só no século XIX se completou o desenho do território efetivo com o povoamento da ilha do Sal, que se concretizaria em meados do século, quando se consolidou a povoação de Santa Maria.

Notas finais

Tendo em conta esta leitura panorâmica do processo de povoamento do arquipélago, que percorreu quase quatro séculos, observam-se três conjunturas que enquadram a construção sucessiva do território (Pires, 2021: 34–54). Na primeira conjuntura, há um sub-arquipélago composto pelas ilhas de Santiago e do Fogo, onde o povoamento é concentrado e que resulta no surgimento das vilas da Ribeira Grande, Alcatrazes e Praia, em Santiago, e de S. Filipe, no Fogo. Os atores e agentes da urbanização são sobretudo a classe de mercadores – agricultores, terratenentes, e escravocratas - que se vinculam quer à posse da terra e estrutura de produção, quer à criação e administração dos espaços urbanos onde se fazem representar. A esta fase (séculos XV-XVI) designamos de urbanização. Segue-se uma segunda (séculos XVI-XVII), que caracterizamos como de desurbanização – ruralização, que incide sobre as ilhas em causa provocando a desestruturização dos núcleos urbanos e a dispersão da população pelo interior das ilhas. Como atores principais deste processo temos os forros e os escravos fugidos. A partir deles emerge um campesinato rural que ocupa o espaço de modo diferenciado. Em paralelo à desurbanização relativa de Santiago e Fogo, assiste-se à densificação da ruralização agropastoril das ilhas do norte e oriente (Santo Antão, São Nicolau e Brava) onde os mesmos atores sociais, os camponeses, dão origem a povoações proto-urbanas, com características distintas das vilas da primeira fase, prescindindo da relação direta com o mar e surgindo em situações de maior interioridade. Embora estas povoações (assim entendidas e autodesignadas) tenham alcançado um relativo incremento populacional, não foram, contudo, núcleos urbanos no verdadeiro entendimento da palavra e, neste sentido, confirmam o quadro de desurbanização. Nas ilhas rasas (Boavista e Maio), onde a agricultura era deficitária, reinava ainda a pecuária, até ser substituída pela exploração do sal. É na terceira fase (séculos XVIII-XIX) que se pode falar de retoma do processo de urbanização, logo de re-urbanização, onde finalmente surgem como agentes a coroa e as instituições locais por ela criadas. Tal facto terá como consequência o desencadear de mecanismos de reconhecimento jurídico e institucional das povoações rurais bem como de incentivo à criação urbana, com o reconhecimento de processos proto-urbanos que vinham de trás ou com a projeção de novos núcleos. É nesta cronologia, a partir do século XVIII, que vão sendo instituídas vilas nas diferentes ilhas. A esta ação institucional da coroa não se pode deixar de associar uma outra leitura do ‘território’ das ilhas, posto que terá sido a partir desta conjuntura que se afirmou efetivamente o seu entendimento enquanto arquipélago, incluindo o conjunto total das ilhas.

Depois de sucessivas reconfigurações, o arquipélago apresenta-se como uma unidade territorial que se caracteriza por um intenso diálogo entre as ilhas. É a dinâmica dos espaços interiores das diferentes ilhas que de certo modo desenha o arquipélago. Não há um sistema comum a todas, mas elas dialogam continuamente entre si, não só pela troca de mercadorias e produtos, mas em especial pelos fluxos migratórios que as conectam e pelas transformações sociais que vivenciam em conjunto. A dissolução sucessiva da estratificação social e a relativa “partilha” de padrões económicos têm um peso relevante na constituição da sociedade caboverdiana. As dificuldades ecológicas e económicas (as secas, a pobreza, etc...) são, de maneira geral, partilhadas por quase todos, criando laços profundos entre as ilhas.

É a partir destas interações entre ilhas que vai surgir um processo de identificação de uma cabo-verdianidade que se vai construindo ao longo do tempo. Cabo Verde é, até hoje e desde sempre, tão interior quanto costa.

Não no sentido de uma dicotomia arcaica urbano x rural, mas num sentido mais dinâmico e moderno. A identidade caboverdiana tem uma dimensão mais ampla que envolve a “terra” de maneira lata. Ela é o território na sua dimensão vivencial completa, abarca paisagem e urbanidade e neste sentido é, ao mesmo tempo, profundamente telúrica (vinculada à terra) e cosmopolita (ligada ao mundo). Cosmopolitismo este que se projeta na dimensão da diáspora caboverdiana, que se espalha, literalmente, por todo o mundo. Para entender Cabo Verde é preciso estidar tanto as suas cidades, como as suas terras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARCELLOS, C. J. de S. (2003). Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné. Vol. I. Praia: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro.
- BRÁSIO, A. (2011). Monumenta Missionária Africana - África Ocidental - 2ª Série. Digital. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical.
- CARREIRA, A. (1985). Demografia Caboverdeana - Subsídios para o seu estudo (1807/1983). Mem Martins: Instituto Cabo-verdiano do Livro.
- CARREIRA, A. (2000). Cabo Verde - Formação e Extinção de uma Sociedade Escravocrata (1460-1878). Praia: Instituto Cabo-verdiano do Livro.
- FERNANDES, V. (1951). Descrição da Costa Ocidental africana (do Senegal ao Cabo do Monte, arquipélago). Bissau: Centro de Estudos da Guiné Portuguesa.
- LIMA, J. J. L. de. (1844). Ensaio Sobre a Estatística das Possessões Portuguesas no Ultramar: Vol. I parte I. Lisboa: Imprensa Nacional.
- PIRES, F. (2007). Da Ribeira Grande à Cidade Velha em Cabo Verde – Análise Histórico-Formal do Espaço Urbano. Séc. XV- Séc. XVIII. Praia: Universidade de Cabo Verde.
- PIRES, F. (2021). Há Vila Além da Costa, urbanidades em Cabo Verde no século XIX. Coimbra/Lisboa: Imprensa da Universidade de Coimbra e Rosa de Porcelana Editora.
- ROQUE, A. C., TORRÃO, M. M. (2014). De Cabo Verde para Lisboa: Cartas e Remessas Científicas da Expedição Naturalista de João da Silva Feijó (1783-1796), 2 vols. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical.
- SANTOS, M. E. M. (2002). História geral de Cabo Verde. Vol.3. Lisboa/Praia: Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga, Instituto de Investigação Científica Tropical.

SILVA, A. L. C. (2021). Noite Escravocrata Madrugada Camponesa Cabo Verde séc. XV-XIII. Lisboa: Rosa de Porcelana Editora.

SILVA, M. de J. (2018). Ilha do Maio Cabo Verde. Praia: Santiago Editora.